JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal — Ano II – Nº 324 – Brasília, quarta-feira, 2 de outubro de 1996

Requião tem projeto para acabar com o contrabando de cigarros

Senador vai propor o fim da isenção fiscal ao produto exportado para a América Latina, para evitar que a mercadoria retorne ilegalmente ao País, como vem ocorrendo hoje

Tão logo recomecem as sessões deliberativas do Senado Federal, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) vai apresentar projeto destinado a acabar com a isenção fiscal na exportação brasileira de cigarros para a América Latina. O parlamentar disse, ontem, ter tomado essa decisão depois de uma visita à fronteira do Brasil com o Paraguai. Segundo informou, lá teve a oportunidade de descobrir números impressionantes sobre a exportação de cigarros brasileiros para aquele país. Requião afirmou que levará esses números ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, e ao secretário da Receita Federal, Everardo Maciel.

- A Sousa Cruz exporta por mês 150 mil caixas de cigarros para o Paraguai. Cada caixa contém 50 pacotes. Cada pacote contém 200 cigarros.

Roberto Requião

Esse negócio significa US$ 200,00 por caixa. A empresa tem um estímulo para exportação de 5% sobre o total. Acontece que 95% desses cigarros voltam para o Brasil, via contrabando, visto que, evidentemente, o povo paraguaio não fuma tanto assim - relatou o senador.

Requião conta que foi à fronteira exatamente para verificar "a quantidade brutal de cigarro brasileiro sem selo existente naquele país". Ele explicou que a lei brasileira isenta em 5% as exportações de manufaturados, medida que tem beneficiado a indústria tabagista, mas considera "um absurdo" que tanto cigarro se beneficie dessa isenção, via exportação, para retornar ao Brasil por intermédio do contrabando.

Entende também que uma medida eficaz será sua iniciativa de apresentar projeto para acabar com essa isenção na exportação de cigarros para a América Latina. Com isso, o Brasil poderá continuar dando estímulo fiscal para as exportações destinadas a outros países, inclusive os do Leste Europeu, que consistem num valioso mercado para esse produto. Conforme Requião, o Brasil está perdendo US$ 2,5 bilhões por ano com esse tipo de sonegação fiscal.

Napoleão quer garantir FGTS para demitidos

Projeto de lei que torna automáticos os saques de depósitos do FGTS, nos casos de demissão de trabalhadores sem justa causa, será apresentado pelo senador Hugo Napoleão, líder do PFL. A medida evitará que trabalhadores dispensados deixem de receber o FGTS. De acordo com o projeto, o saldo do fundo de garantia será pago pelo antigo empregador no momento em que o trabalhador assinar o termo de rescisão do contrato. Atualmente, o trabalhador recebe o documento para retirar o fundo, mas não há garantia de que o dinheiro tenha sido depositado no banco. **Página 3**

CCJ retoma atividades com pauta de 60 itens

Os integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado já estão sendo convocados pelo presidente do órgão, senador Iris Rezende (PMDB-GO), para a reunião de retomada dos trabalhos, após a participação dos parlamentares nas eleições municipais deste ano. A CCJ marcou sessão para o próximo dia 9, com uma pauta de 60 itens. Entre eles, projeto terminativo do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que regulamenta os seguros-saúde no País, além de proposta da senadora Marina Silva (PT-AC), também de caráter terminativo, que reforça a legislação de proteção ao consumidor brasileiro.

Iris Rezende

Um total de 24 tópicos da agenda são propostas de emendas constitucionais, a exemplo da que institui a Justiça Agrária, de autoria do senador Romero Jucá (PFL-RR) e que recebeu parecer favorável do relator, senador Edison Lobão (PFL-MA).

A CCJ deverá apreciar ainda projeto de resolução da Comissão Diretora da Casa, criando o Conselho Editorial do Senado Federal, além de inúmeros projetos de lei já aprovados pela Câmara. Os projetos terminativos exigem *quorum* qualificado para sua apreciação e, sendo aprovados, não precisam ser submetidos ao plenário.

Mais segurança para carros em estacionamentos

Página 2

Campos propõe legislação para a informática

Página 4

Mais segurança nos estacionamentos

Comissão de Justiça vai examinar projeto que obriga os estabelecimentos comerciais a indenizar o proprietário de carro furtado em área de sua responsabilidade

Tão logo sejam concluídas as eleições municipais, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania deverá examinar parecer do senador José Fogaça (PMDB-RS) a projeto do senador Valmir Campelo (PTB-DF) que obriga os estabelecimentos comerciais a indenizar o proprietário de veículo furtado ou roubado nas dependências de sua responsabilidade.

O projeto também prevê que a indenização deve ser paga por pessoas físicas ou jurídicas prestadoras deste tipo de serviço, nas áreas sob sua administração. A lei não inclui os estacionamentos não remunerados com capacidade inferior a cem vagas.

ATRAÇÃO

Na justificativa do projeto, Valmir Campelo aponta que o serviço de estacionamento gratuito tem sido um recurso usado por estabelecimentos comerciais para promover a atração de consumidores. Na opinião do senador, muitas vezes, as despesas com esse tipo de serviço estão embutidas nos produtos.

José Fogaça

- Não há, no caso de roubo do veículo, o reconhecimento, por parte da entidade patrocinadora, da responsabilidade pelos prejuízos havidos. Não há garantia legal expressa para que esse tipo de serviço seja realmente eficaz, se ocorrer o furto - argumenta Valmir. - Por ser o veículo um bem valioso, é necessário que o Estado promova meios jurídicos para proteger aqueles que, com esforço, conseguiram adquirir o seu automóvel.

Valmir considera "irresponsabilidade" situação precária da Polícia Federal

O governo federal e o Ministério da Justiça deveriam empenhar-se em reaparelhar a Polícia Federal (PF), segundo o ponto de vista expresso ontem pelo líder do PTB, senador Valmir Campelo (DF). O parlamentar afirmou que considera uma "extrema irresponsabilidade" deixar-se a PF chegar ao estado em que se encontra atualmente.

- As viaturas estão caindo aos pedaços, faltam equipamentos para perícias, os laboratórios fotográficos estão parados por falta de material, os armamentos são ultrapassados e funcionam mal. E o mais grave de tudo: diversas delegacias e postos da Polícia Federal estão sendo desativados em todo o País, por absoluta falta de verbas para pagar os aluguéis. Esta situação precisa ser corrigida com a devida urgência - afirmou Valmir.

Valmir Campelo

Conforme o senador, a Polícia Federal corre o risco de parar por falta de condições de trabalho.

- Os traficantes andam armados com fuzis suíços, que dão 750 tiros por minuto - relatou o senador. - Como os agentes federais podem perseguir esses traficantes quando só têm à disposição revólveres de seis tiros, cuja munição é racionada? - indagou Valmir Campelo.

O líder do PTB no Senado informou que, segundo dados contidos no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), dos R$ 380 milhões destinados ao reaparelhamento da Polícia Federal, pouco mais de R$ 60 milhões foram repassados neste ano.

Valmir alertou que, se nada for feito para tirar a Polícia do estado em que se encontra, uma das conseqüências imediatas poderá ser a suspensão do policiamento nas fronteiras e aeroportos, hipótese, a seu ver, "fora de qualquer cogitação".

- A situação não pode e não deve continuar como está. O País não pode passar sem os serviços indispensáveis a cargo desse importante órgão de polícia. Vamos salvar a Polícia Federal! - pediu o senador.

Atenção, usuários de antena parabólica, repetidoras e operadoras de TV a cabo

Informações para recepção do sinal da TV Senado

Satélite - B1
Transponder - 1 BE (Banda Estendida), **Polarização**: Vertical
Freqüência TX (Banda - C) - 5869,40 Mhz
Freqüência RX (Banda - C) - 3644,40 Mhz
Freqüência RX (Banda -L) - 1505,60 Mhz
Antena - 3,6 m
LNB - Temperatura 25 k (Amplificador de Baixo Ruído)
Receptor de Vídeo/Áudio Digital
NTSC Spectrum Saver - Modelo: N6S
Integrated Receiver/Decoder (IRD)
Fabricante: CLI (Compressed Digital Vídeo)
Fornecedor: COMSAT - Fone (019) 772 9600
Obs.: Fixar o *Data Rates* em 6,6 Mb/s.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

Saques no FGTS podem ser facilitados

Hugo Napoleão anuncia apresentação de projeto que torna automática a liberação dos valores a que têm direito os trabalhadores demitidos sem justa causa

O líder do PFL no Senado, senador Hugo Napoleão (PI), vai apresentar esta semana um projeto de lei que torna automáticos os saques dos depósitos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), nos casos de demissão de trabalhadores sem justa causa. "Nosso objetivo é sanar uma injustiça social, evitando que trabalhadores dispensados deixem de receber o FGTS", explicou.

Pela atual sistemática, ao ser demitido, o trabalhador recebe, em anexo à guia de dispensa, o documento para saque do fundo. No entanto, muitas vezes as parcelas descontadas não estão depositadas e, para recebê-las, o desempregado tem que ingressar na Justiça e pedir um alvará de liberação de valores creditados em seu nome, junto à Caixa Econômica Federal (CEF).

Hugo Napoleão

Segundo o projeto do senador, logo após comunicar a dispensa ao funcionário, a empresa deve comparecer à CEF para apurar o saldo dos depósitos do FGTS. O saldo do fundo de garantia é pago, pelo antigo empregador, no momento em que o trabalhador assina o termo de rescisão do contrato.

- Na verdade, o projeto apenas torna automático um pagamento que, em muitos casos, demora dias, meses, havendo demanda judicial, até anos para ser liberado. Nosso objetivo é dar a César o que é de César, isto é, transferir ao empregado o que lhe é de direito e evitar a sonegação e a fraude nas contas do FGTS, porque esta nova sistemática facilitará a fiscalização.

O projeto prevê a aplicação de uma multa de dez por cento sobre o valor corrigido dos depósitos ou das parcelas que deveriam ter sido depositadas, no caso de atraso de 30 dias, a partir da rescisão contratual, na liberação do FGTS do trabalhador demitido sem justa causa.

Osmar adverte: É preciso viabilizar assentamentos

O senador Osmar Dias (PR) afirmou que a reforma agrária não pode ser tratada apenas como um problema social, e sim através de um programa de desenvolvimento econômico e social de viabilização daqueles que vão ser assentados na terra. Segundo ele, o governo brasileiro trata a questão de forma demasiadamente urbana, sem conhecimento de causa e demagogicamente.

- Dar um pedaço de terra, construir uma escola ao lado e até uma creche e um posto de saúde não garantirá que esses produtores permaneçam na propriedade. Tanto é que 50% das famílias assentadas no Brasil já abandonaram os seus lotes, por não conseguirem viabilizar a sua produção - afirmou.

Osmar defendeu o modelo de pequenas propriedades como principal base para garantir o desenvolvimento da agricultura. Conforme ele, a prioridade do governo deve ser a viabilização dos 5,2 milhões de pequenas propriedades rurais, com acesso a tecnologia e a crédito. "Mais de 2,2 milhões de pequenas propriedades estão totalmente fora do mercado, sem gerar empregos ou divisas", frisou.

Osmar Dias

Apoio à pequena propriedade

O senador Osmar Dias entende que a política agrícola em vigor no País é coisa do passado, pois, a seu ver, torna-se hoje imprescindível falar em segurança alimentar e em um programa de desenvolvimento rural que garanta àqueles que vivem no campo a remuneração dos custos de produção, além de viabilizar uma estrutura para o crescimento das cooperativas.

- O dia em que nós acabarmos com o modelo da pequena propriedade estaremos pondo fim a milhares de empregos e à estrutura que sempre foi a maior responsável pelo desenvolvimento da agricultura - advertiu.

Serviço informativo 24 horas do Senado Federal

Desenvolvido especialmente para dar suporte às emissoras de rádio e assessorias de comunicação, o Serviço 24 Horas do Senado funciona integrado ao sistema de discagem direta gratuita da Telebrás.

Ao ligar para 0800 (61) 4455, você encontra a seguinte programação:

- das 9h às 11h, a Agenda Senado - um resumo diário de todas as atividades legislativas programadas;
- das 11h às 14h30, a edição Amazônia do informativo Senado em Linha Direta;
- das 14h30 às 18h, a edição Nordeste do informativo Senado em Linha Direta, e
- das 18h às 9h do dia seguinte, a edição Nacional do informativo Senado em Linha Direta.

Campos propõe punição para crimes na informática

Disseminação do uso de computador no sistema bancário e nas eleições exige segurança, alerta autor do projeto que impõe penalidade para quem violar comunicação por dados

Está na hora de o Brasil ter um código que discipline a informatização da sociedade. A opinião foi manifestada pelo senador Júlio Campos (PFL-MT), autor de projeto que considera crime a violação da comunicação de dados por computador.

Segundo Júlio Campos, o fato de tudo estar sendo informatizado no País exige uma legislação especial para o setor:

- Estive recentemente em várias cidades do interior mato-grossense, cidades pequenas, mesmo, de 2 mil eleitores, de 10 mil habitantes, e qualquer escritório de contabilidade da cidade, qualquer hotel pequeno já tem computador.

O senador justificou seu projeto, lembrando que já estão ocorrendo crimes na área de informática:

- Por esse motivo, estamos apresentando um projeto de lei que define crimes contra a inviolabilidade da comunicação de dados por computador. Aquele cidadão que manipular, sabotar, espionar, acessar, de qualquer maneira, sem autorização competente, o conteúdo do computador, terá que ser punido.

Júlio Campos

Júlio Campos lembrou que as autoridades da Justiça Eleitoral estão preocupadas com a possibilidade de alguém sabotar o resultado das eleições. Lembrou ainda que todo o sistema bancário está informatizado, "e já tem gente fazendo sabotagem, roubando não só o sistema bancário mas também a sua conta pessoal através de fraude, por sistema de computação".

- Então, visando dar, pelo menos, uma punição para os responsáveis por esse tipo de conduta, estamos apresentando projeto de lei nesse sentido, já que não existe, no Código Penal brasileiro, nenhuma definição sobre o assunto.

Ponte em Minas incentivará o turismo, destaca Francelino

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) parabenizou o Senado Federal pela aprovação do projeto de resolução que autoriza o governo do estado de Minas Gerais a contrair empréstimo junto ao Banco do Nordeste, no valor de R$ 3,6 milhões, para a conclusão das obras da ponte entre os municípios de Januária e Maria da Cruz, às margens do rio São Francisco, na BR-135. O término da construção, segundo ele, irá

Francelino Pereira

"permitir o desenvolvimento da potencialidade turística da região, com exploração de suas praias fluviais, balneários ribeirinhos, sítios arqueológicos, monumentos históricos, festas típicas, artesanato e outras manifestações populares.

- Além da atividade turística, a conclusão da ponte possibilitará a geração de emprego e de renda, decorrentes do desenvolvimento das atividades produtivas da região, e transformará o local em um centro importante da vida econômica, social e política de Minas e do Brasil, minimizando as desigualdades sociais e estimulando o desenvolvimento regional - acentuou o senador.

Com mil e 54 metros de comprimento e um custo total de R$ 18 milhões, a ponte será uma das maiores sobre o rio São Francisco e vai substituir as balsas na travessia para as duas cidades mineiras, o que, segundo o senador, irá permitir também um maior fluxo de produtos do norte mineiro ao sul da Bahia, Goiás e Distrito Federal.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELO SENADOR VALMIR CAMPELO

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ **1º Vice-Presidente:** Teotonio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ **1º Secretário:** Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ **3º Secretário:** Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ **Suplentes de Secretário:** Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social – Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação – Helival Rios ■ **Coordenador de Jornalismo** – Flávio de Mattos ■ **Chefe do Serviço de Imprensa** – José do Carmo Andrade ■ **Editores** – Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação – Osmar Miranda e Wesley Carvalho ■ **Fotos** – Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ **Revisão:** Fernando Varela e Lindolfo Amaral
■ **Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.**

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal